

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Um museu de grandes novidades? Acomodação e contenção na curricularização da extensão na Unicamp

Loryne Viana de Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16838>

Submetido em: 2026-07-08

Postado em: 2026-07-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES? ACOMODAÇÃO E CONTENÇÃO NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNICAMP

LORYNE VIANA DE OLIVEIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9528-7662>

[<loryne@protonmail.com>](mailto:loryne@protonmail.com)

¹ Instituto Federal de Brasília. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

RESUMO: O presente artigo analisa o processo de implementação da Resolução CNE/CES 07/2018, relativa à curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com base no referencial teórico do Ciclo de Políticas, examina-se como a recontextualização desta política em uma universidade de pesquisa de vocação histórica vinculatório-empresarial engendrou processos de acomodação e contenção. A pesquisa mobilizou análise documental — estatutos, relatórios de gestão, deliberações internas e Projetos Pedagógicos de Curso — e entrevistas com quatro segmentos da comunidade acadêmica (administração central, docentes, técnicos e discentes), além de representantes do Forproex e do CNE. Os resultados indicam que a promulgação da Deliberação CEPE-A-22/2021 representou um avanço conservador: normatizou práticas extensionistas preexistentes — marcadas pelo assistencialismo em saúde e pela lógica vinculatório-empresarial — ao mesmo tempo em que abriu fissuras institucionais que podem ser exploradas pelos atores comprometidos com a extensão dialógica. O artigo conclui que o potencial transformador da curricularização depende, em grande medida, da capacidade de uma coalizão de defesa — docentes extensionistas e movimento estudantil organizado — de apropriar-se do empuxo político aberto pela normativa nacional para reequilibrar o campo extensionista naquela instituição.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Ensino superior, Análise de política, Currículo.

A MUSEUM OF GREAT NOVELTIES? ACCOMMODATION AND CONTAINMENT IN THE CURRICULAR INTEGRATION OF EXTENSION AT UNICAMP

ABSTRACT: This article analyzes the implementation of CNE/CES Resolution 07/2018 — which mandates the curricular integration of extension activities in Brazilian higher education — at the State University of Campinas (Unicamp). Drawing on Ball's Policy Cycle framework, it examines how recontextualization of this policy at a research university with a historically business-linked extension tradition produced accommodation and containment processes. The study combined documentary analysis — statutes, management reports, internal deliberations, and pedagogical course plans — with interviews involving four segments of the academic community (central administration, faculty, technical staff, and students), as well as Forproex and CNE representatives. Findings indicate that the enactment of CEPE-A-22/2021 constituted a conservative advance: it institutionalized pre-existing extensionist practices — predominantly health-oriented service provision and business-linked outreach — while simultaneously opening institutional fissures that actors committed to dialogical extension may exploit. The article concludes that the transformative potential of curricular extension integration depends largely on the capacity of a defense coalition — extension-oriented faculty and organized student movements — to appropriate the political momentum generated by the national policy to rebalance the extensionist field within the institution.

Keywords: University extension, Higher education, Policy analysis, Curriculum.

¿UN MUSEO DE GRANDES NOVEDADES? ACOMODACIÓN Y CONTENCIÓN EN LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN EN LA UNICAMP

RESUMEN: El presente artículo analiza el proceso de implementación de la Resolución CNE/CES 07/2018, relativa a la curricularización de la extensión en la educación superior brasileña, en la Universidad Estadual de Campinas (Unicamp). Con base en el referencial teórico del Ciclo de Políticas, se examina cómo la recontextualización de esta política en una universidad de investigación de vocación histórica vinculatoria-empresarial engendró procesos de acomodación y contención. La investigación movilizó análisis documental — estatutos, informes de gestión, deliberaciones internas y Proyectos Pedagógicos de Curso — y entrevistas con cuatro segmentos de la comunidad académica (administración central, docentes, técnicos y estudiantes), además de representantes del Forproex y del CNE. Los resultados indican que la promulgación de la Deliberación CEPE-A-22/2021 representó un avance conservador: normalizó prácticas extensionistas preexistentes — marcadas por el asistencialismo en salud y por la lógica vinculatoria-empresarial — al mismo tiempo que abrió fisuras institucionales que pueden ser aprovechadas por los actores comprometidos con la extensión dialógica. El artículo concluye que el potencial transformador de la curricularización depende, en gran medida, de la capacidad de una coalición de defensa — docentes extensionistas y movimiento estudiantil organizado — de apropiarse del impulso político abierto por la normativa nacional para reequilibrar el campo extensionista en aquella institución.

Palabras clave: Extensión universitaria, educación superior, análisis de políticas, currículo.

INTRODUÇÃO

A tensão entre o modelo de universidade empreendedora — orientado pela produção de conhecimento aplicado, pela transferência tecnológica e pela parceria com o setor produtivo — e as políticas educacionais que reivindicam o compromisso social transformador das instituições de ensino superior constitui um dos campos de disputa mais reveladores da educação superior brasileira contemporânea. Quando estas políticas assumem a forma de normativas curriculares obrigatórias, a disputa se adensa: o currículo deixa de ser apenas um documento técnico e torna-se, como já apontou Chauí (2003), um dispositivo que revela a natureza da instituição — se ela se assume como organização social voltada a fins particulares ou como instituição pública comprometida com a transformação da sociedade.

Em outubro de 2018, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução CNE/CES 07/2018, estabelecendo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamentando o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a obrigatoriedade de que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação seja integrada a atividades de extensão universitária. Dispositivo que havia permanecido letra constitucional por trinta anos sem regulamentação, a Resolução confere novo estatuto normativo à extensão e instala, em cada Instituição de Ensino Superior (IES), a necessidade de adaptar currículos, estruturas administrativas e práticas pedagógicas.

Se políticas são textos e discursos que circulam entre contextos de influência, de produção de texto e de prática (Ball et al., 1992), a questão que se coloca é: como uma normativa de vocação

dialógica e transformadora é recebida por uma universidade cujo projeto histórico se construiu em estreita aliança com o setor produtivo empresarial e com as agendas de inovação tecnológica? O caso da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é especialmente revelador desta tensão. Reconhecida internacionalmente por sua produtividade científica e por sua densa rede de interação com a indústria regional — consolidada institucionalmente ao longo de décadas no paradigma da hélice tríplice (Etzkowitz & Zhou, 2017) —, a Unicamp chegou à Resolução CNE 07/2018 com uma trajetória extensionista marcada pela prestação de serviços assistencialistas em saúde e pela lógica vinculatório-empresarial, sem que a extensão crítica e dialógica houvesse conquistado espaço institucional significativo.

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de implementação da curricularização da extensão na Unicamp, com ênfase nos mecanismos pelos quais a política nacional foi recontextualizada naquele ambiente institucional específico. O argumento central é que tal recontextualização obedeceu predominantemente a processos de acomodação e contenção (Saunders, 1985), pelos quais a normativa foi absorvida sem que houvesse ruptura substantiva com as práticas extensionistas hegemônicas — configurando o que denominamos um avanço conservador. Ao mesmo tempo, a curricularização abriu fissuras institucionais que representam uma janela de oportunidade para os setores comprometidos com a extensão dialógica. Para além do caso específico, a análise oferece um esquema interpretativo aplicável a outras universidades de pesquisa que se deparam com a tarefa — ou com o desafio — de curricularizar uma extensão que desafia sua identidade institucional.

O artigo está organizado da seguinte forma: após a apresentação do referencial teórico-metodológico, reconstroem-se os traços fundamentais da trajetória extensionista da Unicamp para, em seguida, analisar o contexto de produção de texto da política institucional (a Deliberação CEPE-A-22/2021) e, finalmente, examinar a política em uso — as disputas de sentido, os mecanismos de contenção e as fissuras abertas pela curricularização.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise apoia-se no Ciclo de Políticas proposto por Ball, Bowe e Gold (1992) e desenvolvido por Ball (1994), que compreende a política educacional não como prescrição linear, mas como produção discursiva que se materializa em contextos diferenciados: o contexto de influência, no qual grupos de interesse disputam os sentidos das políticas; o contexto de produção de texto, no qual textos políticos são redigidos como produtos de disputas e acordos; e o contexto da prática, onde tais textos são interpretados, traduzidos e ressignificados por agentes concretos. O quadro analítico reconhece, portanto, que políticas são sempre incompletas e abertas à recontextualização, resultando no que Ball (2001) denomina bricolagem permanente entre a política de fato e a política em uso. Como sintetiza Mainardes (2006, p. 49), o ciclo de políticas é uma ferramenta analítica que permite investigar a trajetória de políticas desde sua formulação até os efeitos que produzem nas práticas — com atenção particular ao caráter não-linear e contestado deste percurso.

Para compreender o contexto institucional em que esta recontextualização se deu, mobilizamos o conceito de universidade empreendedora (Etzkowitz & Zhou, 2017), que designa o modelo de IES estruturado em torno da tríade universidade-indústria-governo, no qual a transferência tecnológica e a geração de inovação aplicada configuram missões tão centrais quanto o ensino e a pesquisa. Este modelo,

hegemônico nas universidades de alta performance brasileiras e internacionais, constitui um contexto de influência interna poderoso: ele não apenas orienta as prioridades de pesquisa e as estruturas de financiamento, mas também produz um imaginário institucional que tende a enquadrar a extensão como vetor de interação com o mercado, e não como prática de transformação social. É este enquadramento que Chauí (2003) denuncia ao distinguir a universidade como instituição — comprometida com a democratização do saber e com a crítica do poder — da universidade como organização, submetida a critérios de eficiência, produtividade e resposta às demandas do setor produtivo. A tensão entre estes dois modelos não é abstrata: ela se inscreve nos estatutos, nas estruturas de financiamento, nas carreiras docentes e — como a análise demonstrará — nos textos que regulamentam a extensão.

Para analisar as modalidades específicas de recepção da Resolução CNE 07/2018 na Unicamp, mobilizamos as categorias de Saunders (1985): acomodação, entendida como o processo pelo qual novas normativas são assimiladas sem que as práticas preexistentes precisem ser substancialmente alteradas; e contenção, que designa os mecanismos pelos quais as instituições limitam ativamente os efeitos de uma política, preservando os discursos e as relações de poder vigentes. A distinção entre estas modalidades e a adaptação — processo em que a política efetivamente altera práticas — é central para compreender o alcance real da curricularização na Unicamp.

No campo da extensão universitária, ancoramo-nos nas tipologias de Silva (2001) e Serna Alcántara (2007) para distinguir entre a concepção tradicional de extensão — compreendida como difusão unilateral do conhecimento acadêmico à comunidade, em suas variantes assistencialista e vinculatório-empresarial — e a concepção crítico-dialógica, de matriz freiriana, que postula a construção conjunta de conhecimento entre universidade e sociedade, orientada pela transformação social. Esta distinção estrutura o campo de disputas que a Resolução CNE 07/2018 acirrou ao elevar a extensão ao status de componente curricular obrigatório.

Do ponto de vista metodológico, o estudo está ancorado em abordagem qualitativa e combinou análise documental extensiva com a realização de entrevistas semiestruturadas. Os documentos analisados incluem os Estatutos da Unicamp em suas diferentes versões consolidadas (1985-2022), relatórios de gestão de todas as reitorias (1965-2024), o Plano de Desenvolvimento Institucional — Planes 2016-2020 e 2021-2025, a Deliberação CEPE-A-22/2021 e normas complementares, Projetos Pedagógicos de Curso selecionados, atas do Conselho Universitário e documentos do Forproex. As entrevistas envolveram quatro segmentos da comunidade acadêmica da Unicamp — administração central, docentes, técnico-administrativos e discentes — além de representantes externos do Forproex e do CNE que atuaram na elaboração da Resolução 07/2018. O corpus empírico foi analisado à luz do referencial teórico descrito, com atenção particular às formações discursivas que revelam as coalizões de defesa em disputa no campo extensionista.

Cabe destacar, por fim, que a combinação de análise documental longitudinal — abrangendo seis décadas de relatórios de gestão, estatutos e normativas (1965-2024) — com entrevistas multi-segmento configura uma opção metodológica pouco frequente nos estudos sobre extensão universitária no Brasil, nos quais predominam análises de corte transversal ou centradas em um único segmento da comunidade acadêmica. A perspectiva longitudinal é incomum na pesquisa educacional brasileira em geral (Gaya &

Bruehl, 2019) e mais rara ainda no campo específico da extensão. Ela permite identificar continuidades e rupturas que análises pontuais tendem a obliterar — condição necessária para sustentar o argumento central deste artigo: que os mecanismos de acomodação e contenção identificados não são respostas conjunturais à Resolução 07/2018, mas expressões de uma vocação institucional sedimentada ao longo de décadas.

UNICAMP E SUA TRAJETÓRIA EXTENSIONISTA: RAÍZES DE UMA VOCAÇÃO

A Universidade Estadual de Campinas nasceu em 1966 no bojo das discussões sobre a Reforma Universitária e em íntima relação com o projeto desenvolvimentista que marcou o período. Seu idealizador e primeiro reitor, Zeferino Vaz, definiu desde os discursos fundacionais a natureza das relações que a instituição deveria cultivar com seu entorno: a ênfase nas ciências básicas aplicadas às demandas industriais da região, a parceria com empresas para definição dos próprios currículos de engenharia e a concepção de que a transferência dos benefícios da pesquisa à população passaria necessariamente pelo uso industrial do conhecimento (Unicamp, 1996a; Sanchez, 1996). O que caracterizaria, para Serna Alcántara (2007), uma extensão de viés vinculatorio-empresarial.

Esta vocação se sedimentou ao longo das décadas seguintes. A análise dos relatórios de gestão de todas as reitorias revela, de forma consistente, que os principais interlocutores da extensão naquela Universidade foram, historicamente, o setor produtivo — via contratos de cooperação, prestação de serviços e transferência de tecnologia — e o sistema de saúde pública, por meio do Hospital de Clínicas e das unidades ambulatoriais da região. A criação do Escritório de Transferência de Tecnologia em 1990, do Instituto Universidade-Empresa em 1991 e da Agência de Inovação Inova em 2003 consolidou institucionalmente o paradigma de universidade empreendedora (Etzkowitz & Zhou, 2017), enquanto a Escola de Extensão da Unicamp (Extcamp) firmava-se como principal mecanismo de extensão, oferecendo cursos pagos que, além de qualificação profissional, geravam recursos extraorçamentários significativos para a instituição.

A análise dos Estatutos da Unicamp, nas versões consolidadas de 1985 a 2019, atesta a perenidade desta configuração. Nenhuma das versões conferia à extensão um título próprio antes de 2020; ela aparecia reiteradamente como apêndice das funções de ensino e pesquisa, em perspectiva ofertista (Dagnino, 2010): a universidade colocaria à disposição da comunidade, "sem que a sociedade tenha solicitado, o que lhe parece mais interessante e conveniente" (Dagnino, 2010, p. 285). O princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não comparecia na letra dos Estatutos, e a sugestão de integração entre os três pilares limitava-se a menção no artigo sobre carreira docente.

É neste quadro que ações de extensão crítica e dialógica foram historicamente desenvolvidas à revelia da institucionalidade hegemônica. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/Unicamp), criada em 2001, o Movimento Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas (SUBA), surgido em 2003, e o Coletivo Dínamo de Engenharia Popular, fundado em 2019, representam iniciativas que contestaram, em diferentes momentos, a concepção dominante de extensão na universidade. Significativamente, a maioria delas foi gestada por discentes, não por docentes ou pela

administração central, o que revela tanto o potencial do movimento estudantil como agente de mudança quanto a fragilidade do apoio institucional a esta vertente extensionista.

A RECONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE TEXTO

A Resolução CNE 07/2018 chegou à Unicamp em um contexto específico. A gestão 2017-2021, liderada pelo reitor Marcelo Knobel, havia herdado a maior crise financeira da história da universidade, o que condicionou suas prioridades e o próprio sentido atribuído à extensão: em grande medida, ela foi concebida como vetor de captação de recursos extraorçamentários. O relatório de gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) daquele período revela a influência do paradigma da terceira missão e do referencial de engajamento cívico de universidades norte-americanas como balizas para a construção do modelo extensionista da Unicamp. Tal "empréstimo de políticas" (Ball, 1998) é revelador do contexto de influência que operou na produção do texto institucional.

O processo de adequação à Resolução CNE 07/2018 foi marcado, segundo os entrevistados, por uma demora institucional expressiva. A ausência de manifestação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e a indefinição sobre qual pró-reitoria — de Extensão ou de Graduação — caberia liderar o processo contribuíram para que a normativa nacional tardasse a produzir efeitos concretos. Foi apenas no segundo semestre de 2021, com a realização de reuniões entre a ProEC e todas as unidades de ensino, que a universidade iniciou sistematicamente o levantamento de práticas extensionistas e a discussão sobre as formas de integração curricular possíveis.

O principal produto deste processo foi a Deliberação CEPE-A-22/2021, aprovada em dezembro de 2021 e denominada pela própria instituição como um "guia orientativo e não-prescritivo". A análise do texto da deliberação revela duas características centrais: por um lado, a adoção do marco conceitual do Forproex, com referência explícita ao princípio da indissociabilidade e à interação transformadora entre universidade e sociedade; por outro, a incorporação de mecanismos que configuram processos de contenção e acomodação. O exemplo mais nítido é o inciso que admite, para os cursos da área da Saúde, que atividades assistenciais realizadas em instituições de saúde intra e extramuros sejam contabilizadas como atividades de integração ensino-extensão — chancela que consagra a extensão assistencialista já praticada como apta a cumprir os requisitos da normativa nacional, sem exigir mudanças substantivas nas práticas pedagógicas.

Outro mecanismo de contenção identificado é a tipologia de atividades complementares de integração, que abre espaço para que a participação em Empresas Juniores (EJs) seja contabilizada como extensão curricularizável. Considerando que as EJs têm como foco declarado o desenvolvimento acadêmico e profissional de seus integrantes para o mercado de trabalho e a intensificação das relações entre IES e meio empresarial (Brasil, 2016), sua equiparação a atividades de extensão orientadas pela transformação social contradiz expressamente a diretriz de Impacto e Transformação Social da Política Nacional de Extensão Universitária (Froproex, 2012). O debate, cabe reconhecer, não é exclusivo da Unicamp: levantamento inicial indica que USP, UFCE e UFSC já possuem previsão de curricularização da participação em EJs como extensão, revelando a dimensão nacional desta disputa de sentido.

A Deliberação CEPE-A-22/2021 também reproduz a lógica de financiamento da extensão na Unicamp. O Inciso V do Art. 1º da Resolução GR-012/2015 considera a extensão como princípio da universidade "abrangendo serviços, assessorias, estudos e projetos em matérias científica, técnica e educacional" — definição que consagra a prestação de serviços pagos como modalidade legítima de extensão. Em cálculos baseados no Relatório de Impacto Socioeconômico da Unicamp de 2021, percebemos que, em uma instituição na qual os recursos extraorçamentários representam 33,4% a mais que o orçamento vinculado ao ICMS paulista (Unicamp, 2021c), a proteção desta fonte de financiamento configura uma pressão estrutural que se inscreve na própria gramática das escolhas institucionais.

A POLÍTICA EM USO: FISSURAS, DISPUTAS E BRICOLAGEM

A política de curricularização da extensão, como qualquer política educacional, não se esgota na letra das normativas: ela é permanentemente reinterpretada e ressignificada pelos agentes que a atuam no contexto da prática (Ball et al., 2016). Na Unicamp, esta dimensão da política em uso revela tanto a força dos mecanismos de acomodação quanto as fissuras por eles abertas.

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso evidencia a heterogeneidade desta recepção. O PPC do curso de Ciências Farmacêuticas registra iniciativas incipientes — disciplinas de extensão voltadas a Plantas Medicinais e ao Programa UniversIDADE —, sinalizando uma adesão formal que pouco altera a estrutura curricular preexistente. O PPC de Engenharia de Alimentos, por sua vez, distingue três frentes extensionistas (científica, industrial e comunitária), propondo disciplinas específicas, mas reproduz no plano curricular a ambiguidade conceitual que atravessa o texto da deliberação: o adjetivo "dialógica" aparece como dispositivo retórico que se reproduz tanto na interação com comunidades quanto na interação com o setor industrial, sem que os princípios que diferenciam essas práticas sejam explicitados.

As entrevistas iluminam as tensões que as normativas não contemplam. Para um dos docentes entrevistados, membro da Comissão Central de Extensão, o processo de contenção que presidiu a aprovação da Deliberação nos cursos da saúde — pelo qual práticas assistencialistas preexistentes foram reconhecidas como vetores de extensão para fins de integralização curricular — não inviabiliza a possibilidade de qualificação progressiva destas práticas:

Você pode olhar dessa forma, e aí você vai dizer, 'então o que a gente já fazia já estava bom, já era extensão, o que a gente queria'. Eu acho que não. Porque a gente realmente vai lá no território faz, mas pouco se modifica. Por isso que eu acho que o conceito é mais importante. [...] Vamos qualificar o vetor, vamos melhorar. Então quando o aluno vai para o território, fazer uma atividade prática, como que a gente consegue que essa atividade resulte em mais interação e mais transformação da universidade e a partir dessa troca. (Rubens Bedrikow, Docente do Departamento de Saúde Coletiva da FCM e Membro da Comissão Central de Extensão da Unicamp, grifos nossos, Entrevista, 2023)

Esta fala encarna o que Ball, Maguire e Braun (2016) descrevem como a oscilação dos professores entre dinâmicas criativas e submissas: reconhecendo os limites do texto aprovado, o docente o usa como ponto de partida para a qualificação das práticas, não como ponto de chegada. É precisamente esta dimensão da política em uso — a capacidade de agentes comprometidos com a extensão crítica de explorar as ambiguidades e lacunas das normativas — que configura as fissuras mais promissoras para a transformação do campo extensionista na Unicamp.

A atuação discente é, neste contexto, central e insubstituível. Diferentemente do que ocorre com o ensino e com a pesquisa, a extensão tem sido historicamente protagonizada por estudantes na Unicamp, muitas vezes à revelia do apoio institucional. O Coletivo Dínamo de Engenharia Popular, fundado em 2019, exemplifica este protagonismo: mobilizando o referencial da Engenharia Popular e da extensão dialógica freiriana, o Coletivo atua em comunidades da região metropolitana de Campinas e disputa, internamente à universidade, a interpretação do que deve ser reconhecido como extensão curricularizável. Para um de seus integrantes, a democratização do acesso à Unicamp via cotas, implementada tardiamente em 2017, criou condições inéditas para esta disputa:

Acho que surge uma vitalidade muito maior para puxar a extensão na Unicamp conforme vão entrando pessoas de fora do perfil elitista, branco, etc, da Unicamp. [...] surge a necessidade também de fazer extensão, porque a extensão é esse espaço, né? (Arthur Gabriel do Nascimento, Discente da Graduação em Engenharia Química e integrante do Movimento Universidade Popular, Coletivo Dínamo, Entrevista, 2023).

Este mesmo integrante, com autocritica que revela maturidade política, aponta a principal fragilidade do campo extensionista crítico na universidade: a fragmentação das iniciativas. ITCP, Coletivo Dínamo, representantes discentes em comissões — cada um atua de forma relativamente isolada, sem que haja uma coalizão de defesa coesa capaz de disputar institucionalmente os recursos e os sentidos da extensão. Esta desarticulação é tanto mais significativa quando se considera que a Deliberação CEPE-A-22/2021 instituiu uma matriz orçamentária específica para a curricularização, tornando a disputa por recursos e por critérios de reconhecimento de atividades uma arena política concreta.

A mudança qualitativa mais significativa identificada na pesquisa está no discurso da atual gestão da extensão (2021-2024). O atual Pró-Reitor de Extensão rompe explicitamente com a perspectiva da terceira missão que orientou a gestão anterior, reconhece o desalinhamento da agenda de pesquisa da Unicamp com as demandas da sociedade brasileira e identifica nos novos perfis discentes — oriundos de grupos historicamente excluídos — a força motriz para a transformação do campo:

A nossa pesquisa tem uma característica muito de atender demandas do que vem do Norte e obviamente tem muitos colegas que fazem coisas relacionadas à realidade brasileira, mas essa não é a maioria. Então, eu acho que, a partir do momento que a gente tem a extensão, a partir do momento que a gente tem uma comunidade de alunos envolvidos na extensão, eu tenho certeza, na verdade, eu já estou vendo isso, que a forma de pensar a universidade, a forma de pensar de pesquisa e mesmo de pensar em ensino tende a mudar. (Fernando Coelho, Pró-Reitor de Extensão, Entrevista, 2023)

Este alinhamento da gestão central da extensão com o ideário do Forproex e com a perspectiva dialógica representa uma alteração no contexto de influência interna que não deve ser subestimada. Ao mesmo tempo, a evidência empírica colhida indica que as condições para que este momento político se traduza em mudança estrutural permanecem frágeis: a resistência docente — expressa sobretudo como "falta de conhecimento", segundo um entrevistado, mas também como recusa tácita de atividades que exigem maior envolvimento e imprevisibilidade — segue sendo um obstáculo significativo, e os mecanismos de indução mais efetivos, como os critérios de progressão docente e os editais de fomento, ainda não foram adequadamente articulados com os objetivos da curricularização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação da Resolução CNE 07/2018 na Unicamp confirma que a recontextualização de políticas em contextos institucionais específicos não é um processo neutro: ela é mediada por trajetórias históricas, coalizões de interesse, estruturas de financiamento e imaginários acadêmicos que tendem à reprodução. No caso em tela, a vocação histórica da Unicamp — como universidade de pesquisa de alta performance, fortemente articulada ao setor produtivo e à lógica da inovação tecnológica — operou como força centrípeta que orientou a produção do texto institucional na direção da acomodação e da contenção.

O resultado, denominado neste artigo de avanço conservador, não é a mera rejeição da política nacional. É algo mais sutil e, em certa medida, mais eficaz do ponto de vista da preservação do status quo: a normativa é incorporada, os percentuais são cumpridos, os relatórios são produzidos — mas as práticas extensionistas hegemônicas, marcadas pelo assistencialismo em saúde e pela lógica vinculatório-empresarial, são revestidas com o vocabulário da indissociabilidade e da dialogicidade, sem que as relações de poder que as sustentam sejam substancialmente alteradas. Este é, afinal, o mecanismo que Chauí (2003) identificou na conversão da universidade em organização: a linguagem das instituições públicas é preservada, mas esvaziada de seu conteúdo transformador.

Contudo, a bricolagem é, por definição, incompleta. As fissuras abertas pela curricularização — a nova matriz orçamentária, o fortalecimento institucional da ProEC, a presença de uma gestão da extensão alinhada ao ideário do Forproex, e principalmente o que foi um dos mais significativos pontos de inflexão na trajetória das universidades públicas brasileiras — o influxo de estudantes de perfis historicamente excluídos que trazem demandas inéditas — constituem condições objetivas para que uma coalizão de defesa pela extensão crítica possa, progressivamente, ampliar seu peso institucional. A condição para isso, como a evidência empírica demonstra, é a superação da fragmentação que hoje caracteriza as iniciativas extensionistas comprometidas com a transformação social na universidade.

Para a literatura de análise de políticas educacionais, o caso da Unicamp oferece uma contribuição analítica que transcende o caso específico. O conceito de avanço conservador — elaborado a partir da articulação entre o ciclo de políticas de Ball e as categorias de acomodação e contenção de Saunders — nomeia um mecanismo que possivelmente opera em outras universidades de pesquisa que se deparam com políticas de extensão dialógica: a incorporação formal da normativa como estratégia de neutralização de seu potencial transformador. Identificar este mecanismo é o primeiro passo para resistir a ele. Do ponto de vista metodológico, a combinação de análise documental longitudinal (1965-2024) com entrevistas multi-segmento representa uma contribuição à pesquisa sobre extensão universitária no Brasil, campo em que análises de corte transversal ainda predominam (Gaya & Bruel, 2019): somente a perspectiva de longa duração permite demonstrar que o que se observa hoje na Unicamp não é conjuntura, mas sedimentação. Para a prática extensionista, a análise oferece um mapa das disputas em curso e das alavancas disponíveis. Para a avaliação institucional da educação superior, ela interroga a suficiência dos indicadores quantitativos — percentuais de curricularização, número de disciplinas com vetor extensão — para capturar a qualidade e a orientação das práticas efetivamente implementadas: afinal, um museu de grandes novidades pode exibir peças muito antigas com legendas completamente novas.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

A presente pesquisa não recebeu financiamento de nenhuma agência de fomento ou instituição.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, foi utilizada a ferramenta Claude para revisão de texto e correção gramatical. Após o uso dessa ferramenta, o conteúdo foi revisado e editado conforme necessário, de modo que a autora assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

REFERÊNCIAS

- Ball, S. J. (1994). *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Open University Press.
- Ball, S. J. (1998). Big policies/small world: an introduction to international perspectives in education policy. *Comparative Education*, 34(2), 119–130.
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 99–116.
- Ball, S. J., Bowe, R., & Gold, A. (1992). *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. Routledge.
- Ball, S. J., Maguire, M., & Braun, A. (2016). *Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias*. Editora UEPG.
- Brasil. (2016). *Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016*. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores. Presidência da República.
- Brasil. (2018). *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. MEC/CNE.
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 5–15.
- Dagnino, R. (2003). A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da hélice tripla. *Revista Brasileira de Inovação*, 2(2), 267–307.
- Dagnino, R. (2010). *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Editora da Unicamp.
- Etzkowitz, H., & Zhou, C. (2017). Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, 31(90), 23–48.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012). *Política nacional de extensão universitária*. FORPROEX.
- Gaya, T. F. M., & Bruel, A. L. (2019). Estudos longitudinais em educação no Brasil: revisão de literatura da abordagem metodológica e utilização de dados educacionais para pesquisas em educação. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 4. <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.015>
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27(94), 47–69.

Sanchez, F. J. B. (1996). *Universidade e desenvolvimento local: a extensão universitária no contexto do ensino superior* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências].

Saunders, M. (1985). Emerging issues in the evaluation of new educational programmes. *Studies in Higher Education*, 10(1), 63–72.

Serna Alcántara, G. A. (2007). Modelos de extensión universitaria en México. *Revista de la Educación Superior*, 36(142), 77–105.

Silva, M. G. M. (2001). *Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Mato Grosso].

Universidade Estadual de Campinas. (2021). *Deliberação CEPE-A-22/2021, de 9 de dezembro de 2021*. Dispõe sobre as diretrizes para a integração ensino-extensão nos cursos de Graduação da Unicamp.

Universidade Estadual de Campinas. (1985; 1997; 2019; 2022). *Estatutos da Universidade Estadual de Campinas*.

Universidade Estadual de Campinas. (2021c). *Relatório de impacto socioeconômico*.

Submetido: 15/04/2026

Preprint: XX/XX/20XX

Aprovado: XX/XX/20XX

Editor de seção:

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.